

LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL: MECANISMO DE PROTEÇÃO OU DE PERPETRAÇÃO DE ABUSOS INFANTIS?¹

ALIENATION LAW: A MECHANISM FOR PROTECTING OR PERPETRATING CHILD ABUSE?

Luana Cavalcante Ribeiro²

João Santos da Costa³

RESUMO: Desde o seu surgimento, a Lei 12.318/2010 tem sido alvo de críticas e propostas de revogação, sob o argumento de estar sendo utilizada como ferramenta de perpetuação de abuso sexual contra crianças e adolescentes, bem como de violência de gênero. Assim, faz-se necessário investigar a aplicação da Lei da Alienação Parental no judiciário brasileiro, frente a esse debate contemporâneo sobre sua revogação. A escolha do tema justifica-se pela falta de consenso quanto à revogação ou permanência da Lei da Alienação Parental no ordenamento jurídico, a qual tem gerado crescentes debates e, inclusive, projetos de lei que visam sua retirada ou alteração do seu texto. Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se a abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e análise documental de Projetos de Lei, pareceres institucionais, doutrinas, jurisprudências e legislações correspondentes, bem como dados estatísticos que versam sobre sua aplicação nos tribunais brasileiros. Os resultados obtidos evidenciam a grande polarização que circunda o tema, revelando a importância de se chegar o quanto antes a um consenso a respeito da sua permanência. Ao fim da exposição, conclui-se que a revogação da Lei da Alienação Parental constitui medida precipitada e incapaz de resguardar crianças e adolescentes de pais abusadores. Isso porque, embora sejam necessárias melhorias em sua redação, de modo a viabilizar sua efetiva aplicação nos tribunais brasileiros, suprimi-la do ordenamento jurídico pátrio é desconsiderar o cenário que justificou a sua criação, bem como reestabelecer lacunas legislativas já superadas.

2851

Palavras-Chave: Alienação Parental. Revogação. Abuso. Manipulação.

ABSTRACT: Since its inception, Law 12,318/2010 has been the target of criticism and proposals for its repeal, under the argument that it is being used as a tool to perpetuate sexual abuse against children and adolescents, as well as gender-based violence. Therefore, it is necessary to investigate the application of the Parental Alienation Law in the Brazilian judiciary, in light of this contemporary debate about its repeal. The choice of the topic is justified by the lack of consensus regarding the repeal or permanence of the Parental Alienation Law in the legal system, which has generated increasing debates and, even, bills that seek its withdrawal or alteration of its text. As for methodological procedures, a qualitative approach was adopted, with bibliographical research and documentary analysis of Bills, institutional opinions, doctrines, jurisprudence and corresponding legislation, as well as statistical data that deal with their application in Brazilian courts. The results obtained highlight the great polarization that surrounds the topic, revealing the importance of reaching a consensus as soon as possible regarding its permanence. At the end of the presentation, it is concluded that the repeal of the Parental Alienation Law constitutes a hasty measure and is incapable of protecting children and adolescents from abusive parents. This is because, although improvements are necessary in its wording, in order to enable its effective application in Brazilian courts, removing it from the Brazilian legal system is disregarding the scenario that justified its creation, as well as reestablishing legislative gaps that have already been overcome.

Keywords: Parental Alienation. Revocation. Abuse. Manipulation.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA), no Curso de Direito, Teresina-PI, novembro de 2025.

² Bacharelanda do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA).

³ Professor e Orientador do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA).

I INTRODUÇÃO

A Lei nº 12.318/2010, conhecida como “Lei da Alienação Parental”, surgiu como mais um mecanismo legal de proteção às crianças e adolescentes, sendo voltada principalmente à preservação de sua integridade psíquica contra abusos cometidos por seus genitores ou responsáveis no seio familiar.

Entretanto, nos últimos anos, a sua aplicabilidade tem gerado inúmeros debates, o que culminou com a tramitação dos Projetos de Lei nº 2812/22, apresentado pelas deputadas do Psol Fernanda Melchionna (RS), Sâmia Bomfim (SP) e Vivi Reis (PA), e nº 1372/23, apresentado pelo senador Magno Malta (PL/ES), que propõem a revogação integral da Lei da Alienação Parental (Lei 12.318/2010).

Dentre os motivos que ensejaram as propostas de revogação dessa lei está a sua utilização deturpada por um dos genitores ou responsáveis pela guarda de crianças e adolescentes como um mecanismo de vingança contra o outro genitor ou responsável. Esse cenário é recorrente no contexto de litígios familiares em que um dos genitores consegue manter consigo a guarda do menor após acusar falsamente o outro genitor, imputando-lhe a prática da alienação parental. Situação essa capaz de evidenciar um sistema legislativo e judicial falho que precisa ser diagnosticado e tratado de maneira adequada e célere para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de alienação.

2852

Assim, nota-se que é fundamental compreender os impactos que a revogação da Lei da Alienação Parental causaria no sistema judiciário e nas famílias brasileiras, avaliando se resultaria em uma diminuição nos casos de violência contra crianças e adolescentes e mulheres no ambiente familiar ou, ao contrário, representaria um retrocesso na garantia dos seus direitos.

Este trabalho objetiva analisar os reflexos da aplicação da Lei da Alienação Parental nas famílias brasileiras, buscando compreender se sua implementação efetivamente reforça a proteção concedida a crianças e adolescentes ou se, ao contrário, pode representar um obstáculo à identificação e punição de pais abusadores.

Para tanto, a metodologia empregada por este estudo será composta pela abordagem qualitativa. No que tange o delineamento da pesquisa, será realizado a partir da pesquisa bibliográfica e documental, tendo como ponto de partida os conceitos relacionados à Alienação Parental. Essa abordagem permitirá a análise da legislação correlata, bem como a investigação dos fundamentos que motivaram a proposição de projetos de lei que visam revogá-la. Dessa

forma, as técnicas de pesquisa utilizadas serão a análise bibliográfica e documental, baseadas em livros, artigos científicos, dados estatísticos e normas reguladoras do direito brasileiro.

No tocante ao objetivo, será utilizada a pesquisa exploratória, uma vez que se busca aprofundar o conhecimento sobre a Lei da Alienação Parental, analisando seus fundamentos jurídicos, a eficácia de sua aplicação prática ao longo dos anos e os debates doutrinários, legislativos e sociais que envolvem as propostas de sua revogação. Assim, será possível examinar o tema sob diferentes perspectivas, focalizando nas controvérsias que permeiam sua efetividade na proteção dos direitos da criança e do adolescente e nos argumentos que sustentam sua manutenção ou sua retirada do ordenamento jurídico brasileiro

O trabalho organiza-se em três eixos: (1) as primeiras discussões quanto à alienação parental, partindo-se do seu viés psicológico ao jurídico; (2) a normatização da alienação parental no Brasil e sua recepção pelos operadores do direito; (3) exame de sua aplicação prática, mediante análise de dados estatísticos e impressões doutrinárias; e (4) análise das diferentes percepções quanto a permanência ou não da Lei da Alienação Parental no ordenamento jurídico brasileiro.

2 Da psicologia ao direito: a gênese da alienação parental e seu tratamento jurídico

2853

Em 2023, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou o maior número de divórcios desde 2007, alcançando o total de 440.827 (quatrocentos e quarenta mil e oitocentos e vinte e sete) divórcios, sendo que 46,3% das dissoluções judiciais ocorreram entre casais com filhos menores (IBGE, 2023).

Diante dessa realidade, é essencial que, em situações de divórcio envolvendo a guarda de filhos menores, os pais empenhem-se em manter relações pautadas pelo respeito e pela preservação dos vínculos afetivos. Tal cuidado é fundamental para assegurar o desenvolvimento saudável da criança, protegendo-a de possíveis danos emocionais e psicológicos oriundos da dissolução da relação conjugal, sempre em observância ao princípio do melhor interesse do menor.

Entretanto, não raramente a ruptura dos vínculos conjugais cria entre os genitores uma relação de animosidade, ódio e inimizade que ultrapassa a relação conjugal, influenciando negativamente o vínculo dos pais com seus filhos menores (FIGUEIREDO; ALEXANDRIDIS, 2014).

A Alienação Parental surge comumente nesse contexto de dissoluções e criação de novos vínculos familiares, no qual um dos ex-cônjuges, movido por sentimentos como o ciúme e o ódio, almeja vingar-se do outro, buscando contaminar a boa relação até então existente entre este e o seu filho.

O conceito de Alienação Parental teve origem em um quadro clínico descrito na década de 1980 pelo psiquiatra infantil norte-americano Richard Gardner, que identificou, em processos de separações litigiosas e marcadas por conflitos, a tendência de crianças reproduzirem o discurso de um dos genitores (SILVA, 2019). Nessa perspectiva, a criança é influenciada a internalizar as impressões e sentimentos manifestados, consciente ou inconscientemente, por um dos genitores em relação ao outro, de tal forma que passa a rejeitar seu pai ou sua mãe.

Um aspecto digno de menção é que a legislação pátria, especificamente o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) já previa, em seu texto, o direito inerente da criança e do adolescente de ser protegido em todas as esferas da vida, notadamente no tocante ao seu desenvolvimento mental, bem como o direito à convivência familiar em ambiente no qual possa desenvolver-se plenamente, conforme disciplina os artigos. 3º e 19º da referida Lei (BRASIL, 1990)

Percebe-se, portanto, que a Lei da Alienação Parental surge como um reforço à proteção ora conferida pelo ECA, notadamente quanto a tutela do desenvolvimento psicológico de crianças e adolescentes no âmbito do convívio familiar, tendo em vista que a prática da alienação afeta, principalmente, a psique das vítimas, o que explica ser comumente descrita como uma interferência na formação psicológica. 2854

O conceito cunhado por Dias (2016) corrobora com essa narrativa, pois, segundo a autora, a alienação parental consiste numa verdadeira “lavagem cerebral”, mediante a qual o genitor alienador transmite à criança relatos de situações inverídicas ou, quando verídicas, lhes confere interpretação distorcida, de modo a comprometer a percepção da realidade e afetar o vínculo afetivo do menor com o outro genitor.

Em outras palavras, pode-se dizer que no processo de alienação parental as impressões, sentimentos e memórias que o menor tem em relação a um dos seus genitores passam a ser substituídas por aquelas forjadas e reproduzidas pelo genitor alienador, que busca com isso afastar o menor do convívio do outro genitor, como forma de vingança pela ruptura conjugal.

Infere-se, a partir dos conceitos apresentados, a capacidade destrutiva da Alienação Parental no desenvolvimento infantil. No campo psicológico, a alienação parental pode

comprometer o desenvolvimento da autoestima e do autoconceito da criança, resultando em carências emocionais que podem desencadear quadros de depressão crônica, desespero, transtornos de identidade, dificuldades de adaptação, abuso de álcool e drogas e, em casos extremos, até o suicídio. Além disso, a criança alienada tende a desenvolver comportamentos manipuladores com o intuito de obter valorização. Também pode apresentar propensão a desvios de conduta, como traços de personalidade antissocial, decorrentes da baixa tolerância à frustração, da dificuldade em controlar impulsos e do uso da agressividade como principal meio de resolução de conflitos (CARPES MADALENO; MADALENO, 2019).

Vê-se, pois, a razão pela qual se fez necessária a criação de uma lei específica para regulamentar o tema, de modo a conferir uma proteção mais ampla às crianças e adolescentes, ao passo que promove uma repressão mais severa aos pais alienadores. Assim, o legislador trouxe maior visibilidade ao problema, refletindo sua gravidade e trazendo mecanismos capazes de orientar o Poder Judiciário na identificação e no enfrentamento das práticas de alienação no ambiente familiar.

3 O marco normativo da Lei da Alienação Parental

No Brasil, a Lei da Alienação Parental, promulgada em 2010, representou um marco significativo na proteção aos Direitos Fundamentais de crianças e adolescentes, em especial, ao direito à convivência familiar saudável. Isso porque essa norma reconheceu a necessidade de garantir aos menores o direito ao seu pleno desenvolvimento psicológico, protegendo-os contra manipulações realizadas por um de seus guardiões legais dentro do ambiente familiar.

Como já mencionado anteriormente, embora o ordenamento jurídico brasileiro já previsse, especialmente na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, normas voltadas a proteção integral das crianças e adolescentes, não havia instrumentos específicos para coibir práticas de manipulação psicológica em disputas familiares. Nesse contexto, em meados dos anos 2000, iniciou-se uma crescente discussão sobre Alienação Parental, a qual deu ensejo à criação do Pré-Projeto da Lei da Alienação Parental pela Associação de Pais e Mães Separados (APASE), antiga Associação de Pais Separados. Em 2007, o tema ganhou notoriedade no Congresso Nacional, culminando no Projeto de Lei nº 4.053/2008, de autoria do deputado Régis de Oliveira, o qual foi aprovado por unanimidade, entrando em vigor no dia 26 de agosto de 2010 (APASE, 2025).

Esse registro histórico evidencia que a Lei da Alienação parental não decorreu apenas de iniciativa parlamentar, mas de forte pressão social dos grupos de pais, principalmente a APASE, que buscava uma reposta legislativa eficaz para a crescente manipulação dos vínculos familiares no âmbito de separações conjugais conflituosas. Essa mobilização demonstrou que a temática da alienação parental já era percebida como um grave problema social. Além disso, a célere resposta parlamentar, bem como a aprovação unânime do referido Projeto, reforça o consenso existente, à época, em torno da necessidade de uma legislação específica sobre a matéria.

Partindo-se da análise da justificativa do referido projeto, percebe-se que seu principal objetivo era coibir atos de alienação parental capazes de dificultar o convívio afetivo entre a criança ou adolescente e ambos os genitores. Para tanto, previu a introdução, no ordenamento jurídico brasileiro, do conceito de alienação parental e de mecanismos específicos de prevenção e repressão a serem utilizados pelo Judiciário no julgamento de causas relativas à prática de manipulação psicológica no contexto de disputa pela guarda dos filhos menores (BRASIL, 2008)

Nota-se que o legislador não objetivou trazer apenas mais um instrumento de proteção às crianças e adolescentes, mas, antes disso, preencher um vácuo normativo, regulamentando uma questão até então invisível ou pouco explorada pelo ordenamento pátrio. Contudo, desde sua promulgação, a lei esteve cercada de controvérsias, pois, enquanto setores críticos apontavam seu uso distorcido em disputas de guarda, sobretudo em situações que envolviam acusações de violência doméstica, seus defensores a consideravam um marco essencial na proteção psicológica de crianças e adolescentes.

2856

Para Dias (2010), a Lei 12.318/10 representa um marco vanguardista por incluir expressamente um “velho problema” familiar, isto é, a manipulação psicológica de crianças provocada por um de seus genitores, no ordenamento jurídico brasileiro, regulamentando um problema até então invisível. Contudo, a autora teceu críticas quanto aos vetos presidenciais que excluíram a penalização específica para falsas denúncias e a mediação extrajudicial, o que, para ela, reforçariam a efetividade da norma.

Já Almeida Júnior (2010) considerou que a Lei da Alienação Parental apenas positivou entendimentos que já vinham sendo consolidados pela doutrina e jurisprudência, mas que careciam de legislação pertinente. Em sua leitura, a legislação representou um avanço ao promover a adequação do Direito de Família ao contexto social vivenciado, ainda que não se possa ignorar críticas específicas a sua redação.

Por fim, Correia (2011) foca na discussão a respeito da eficácia dos meios punitivos previstos na Lei, refletindo sobre a capacidade estrutural do Judiciário em aplicá-la com a devida rapidez e eficiência. Na sua perspectiva, o retardo na adoção de medidas de combate à alienação parental pode gerar prejuízos irreparáveis aos envolvidos, assim como decisões céleres e superficiais também podem comprometer a qualidade da prestação jurisdicional.

Percebe-se, pois, que as primeiras impressões doutrinárias acerca da Lei da Alienação Parental demonstraram otimismo por parte dos operadores do direito que enxergaram na norma um avanço na tutela dos direitos das crianças e adolescentes. Por outro lado, nota-se também certa preocupação no tocante a aplicação da norma pelo Poder Judiciário.

4 Lei da Alienação Parental: entre a norma e a prática judicial

De certo, uma das principais problemáticas enfrentadas pelo legislador na elaboração de um texto normativo consiste em assegurar sua aplicabilidade prática, de forma que os dispositivos legais possam ser concretizados nas relações sociais e jurídicas que permeiam a sociedade. Para tanto, é necessário que o legislador, ao redigir a norma, seja capaz de fornecer ao intérprete e ao aplicador do direito um instrumento eficaz, apto a orientar decisões e a disciplinar condutas, sempre em consonância com os princípios constitucionais e com a realidade social que se pretende regulamentar.

2857

Partindo-se desse entendimento, faz-se necessária a análise da Lei nº 12.318/2010, com vistas identificar se o Poder Judiciário dispõe de condições reais para implementá-la de forma satisfatória, garantindo o equilíbrio entre decisões céleres e eficazes, frente à complexidade dos conflitos familiares. Trata-se de avaliar se a lei cumpre, na prática, o papel de resguardar a convivência familiar saudável ou se permanece, em alguns aspectos, como um instrumento idealizado e de difícil concretização pelo judiciário.

Inicialmente, o art. 2º da LAP apresenta a definição legal do instituto, caracterizando a alienação parental como “a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem detenha a guarda ou vigilância, para que repudie genitor ou cause prejuízo à manutenção do vínculo com este” (BRASIL, 2010).

Vale destacar que o texto legal deixou claro que esse rol é meramente exemplificativo, de tal forma que o juiz ou perito podem identificar outras situações de alienação parental que não estejam previstas expressamente na Lei. Tal possibilidade se justifica na multiplicidade de

condutas que podem ensejar a prática da alienação, uma vez que o legislador não restringiu o seu conceito a ações ou sujeitos determinados, mas dispôs que qualquer ato de manipulação psicológica do menor capaz de prejudicar sua relação com um de seus genitores configura alienação parental.

Percebe-se, desse modo, o caráter amplo do conceito legal da Alienação Parental, não restringindo sua prática apenas aos genitores, mas incluindo também todos aqueles que exercem influência sobre o infante, como avós, tios, tias, madrastas, padrastos, irmãos, entre outros.

O art. 4º, por sua vez, no intuito de coibir ou minorar ao máximo os danos psicológicos aos quais a criança alienada está sujeita, prevê a possibilidade de a alienação parental ser alegada em qualquer fase do processo de maneira autônoma ou incidental, inclusive de ofício, conferindo, ainda, prioridade na sua tramitação (BRASIL, 2010).

Entretanto, embora a justificativa para essa providência seja louvável, o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher de São Paulo (NUDEM) em sua Nota Técnica nº 01/2019 criticou a arbitrariedade que o referido dispositivo conferiu ao juiz, possibilitando a aplicação de medidas sem um diagnóstico ou parecer prévio de especialistas de outras áreas, aptos a identificar ou não a existência de alienação. Além disso, sustentou que a norma afronta princípios fundamentais do processo civil, como a inércia da jurisdição, a adstrição ao pedido e o duplo grau de jurisdição, ao prever que a alegação de alienação parental pode ser formulada em qualquer fase processual, seja por iniciativa das partes, seja por atuação ex officio do magistrado (SOUZA; MONTE, 2019).

2858

Tal crítica revela preocupação quanto a ampla discricionariedade concedida ao juiz na tomada de decisões, mesmo diante da ausência de consulta prévia a profissionais especializados, cuja atuação permitiria identificar de maneira técnica e segura indícios reais de alienação parental. Esse cenário pode implicar em decisões precipitadas, sem embasamento científico, o que tem o condão de aprofundar ainda mais os conflitos familiares.

Não obstante, em seu artigo 5º a LAP prevê que, diante da existência de indícios de alienação parental, o juiz deve determinar a realização de perícia psicológica ou biopsicossocial, a ser realizada por profissionais ou equipes multidisciplinares habilitadas (BRASIL, 2010). Nesse contexto, a prova pericial demonstra ser um apoio essencial para o convencimento do juiz, pois, embora não vincule esta, proporciona subsídios técnico-científicos capazes de esclarecer aspectos psicossociais complexos da demanda, contribuindo para uma decisão mais adequada a atender o melhor interesse da criança (MADALENO; ROLF MADALENO, 2019).

Verifica-se, portanto, que ao prever a possibilidade de atuação de equipes multidisciplinares, o legislador reconheceu que a apreciação de casos de alienação parental está além do saber jurídico, envolvendo questões familiares complexas, as quais demandam conhecimentos técnicos de outras áreas do saber, como psicologia e assistência social.

Conduto, essa medida enfrenta obstáculos quanto a sua aplicação nos tribunais. De acordo com pesquisa recente do Conselho Nacional de Justiça (2025), o judiciário brasileiro tem se deparado com a escassez dos profissionais que compõem essas equipes, o que retarda andamentos de processos e compromete a efetividade da tutela judicial. O estudo aponta que há um déficit significativo na composição dessas equipes em todo o país, o que compromete a observância dos prazos processuais e a própria efetividade da proteção integral. O relatório aponta que, em média, os tribunais contam com menos profissionais do que o necessário para atender à alta demanda, gerando sobrecarga, rotatividade e até adoecimento dos servidores. Além disso, os magistrados destacaram a dificuldade em recrutar psicólogos e assistentes sociais em número suficiente para dar conta das demandas, sobretudo em varas de infância e juventude, em que a prioridade absoluta da criança, assegurada constitucionalmente, deveria ser uma realidade efetiva.

Por outro lado, a prática pericial nem sempre se mostra eficaz, especialmente quando marcada por uma atuação superficial de profissionais da psicologia, que fundamentam seus pareceres com base em uma única entrevista com a criança ou adolescente supostamente alienado, sem recorrer a outras fontes probatórias disponíveis nos autos, como registros audiovisuais, mensagens eletrônicas ou depoimentos complementares. Nessas situações, a análise tende a se restringir à verificação de manifestações explícitas de rejeição ao genitor supostamente alienado, desconsiderando os estágios iniciais e muitas vezes silenciosos do processo de alienação parental. Tal limitação compromete a eficácia das medidas de caráter preventivo, uma vez que, ao se constatar a rejeição manifesta, o vínculo afetivo já se encontra significativamente comprometido, revelando-se a alienação, em grande parte, consumada. (SILVA, 2019).

2859

Nesse diapasão, constata-se um claro obstáculo para a implementação efetiva da Lei da Alienação parental: a escassez de profissionais que integram as equipes multidisciplinares nos tribunais. O contraste entre a alta demanda e a falta de disponibilidade dos profissionais em atendê-las compromete a qualidade dos seus serviços, o que reflete nas decisões judiciais.

O art. 6º da LAP estabelece um conjunto de medidas a serem aplicadas pelo juiz diante da existência de indícios de alienação parental, com o intuito de inibir ou amenizar seus efeitos, são elas: a declaração da alienação e advertência ao alienador; a ampliação da convivência familiar com o genitor prejudicado; a imposição de multa; o encaminhamento para acompanhamento psicológico ou biopsicossocial; a alteração do regime de guarda, inclusive com possibilidade de inversão; a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente; e, nos casos mais graves, a suspensão da autoridade parental (BRASIL, 2010).

No tocante à determinação de acompanhamento psicológico ou biopsicossocial e da adoção da guarda compartilhada, acredita-se na possibilidade de cooperação dos responsáveis legais em promoverem um ambiente familiar saudável para seus filhos. Entretanto, no que diz respeito a inversão da guarda, fixação cautelar do domicílio e suspensão da autoridade parental, tais medidas tem o potencial de gerar respostas desproporcionais à suposta prática de alienação, especialmente quando aplicadas de forma precipitada ou sem a devida fundamentação técnica. Nesse sentido, as sanções mais severas previstas nos dispositivos citados podem não apenas perder a razoabilidade, como também gerar distorções no sistema de proteção, ao ponto de eventualmente favorecerem a permanência do menor com um genitor abusivo, em detrimento daquele identificado como “alienador” (CONANDA, 2018).

2860

Nesse sentido, verifica-se que certas medidas, quando aplicadas contra condutas praticadas no seio familiar, podem acarretar sérios prejuízos aos vínculos afetivos entre pais e filhos. Nisso reside a importância da predominância do caráter preventivo sobre o repressivo no âmbito da aplicação da Lei da Alienação Parental, de modo a evitar danos irreversíveis à convivência familiar saudável.

5 Lei da Alienação Parental em xeque: discussões quanto a sua revogação

À vista do que foi discutido anteriormente, constata-se que a Lei nº 12.318/2010, desde sua promulgação, foi alvo de intensos debates. Embora tenha surgido com o intuito de garantir o direito à convivência familiar saudável, mediante identificação de práticas que impeçam ou dificultem o vínculo da criança com um dos genitores, seu uso deturpado pode criar obstáculos à proteção de crianças contra abusos sexuais, bem como reforçar a violência de gênero no âmbito familiar.

De acordo com o relatório elaborado pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM, 2025), o termo alienação parental tem sido utilizado

por pais pedófilos e agressores como mecanismo de defesa às acusações de mães que acionam o judiciário com o intuito de proteger os próprios filhos. O documento enfatiza que a Lei da Alienação Parental surgiu como uma nova forma de violência contra a mulher, tendo em vista que o rótulo de alienadora é comumente atribuído ao gênero feminino.

Tal situação não é novidade, tendo sido amplamente debatida e evidenciada na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratos (CPIMT), ocorrida em 2017, mediante depoimento de mães que alegaram ter perdido a guarda de seus filhos, após denunciarem a prática de violência doméstica e abusos praticados pelo seu cônjuge contra o filho (a) do casal.

A partir dos relatos apresentados foi constatado que, apesar da Lei 12.318/2010 ter sido criada com o intuito de proteger crianças e adolescentes inseridos em contextos de litígios familiares, seu conteúdo tem sido distorcido. Isso porque mulheres que se utilizam de mecanismos legais para denunciar casos de violência e abuso cometidos pelo seu parceiro contra os próprios filhos têm sido consideradas como alienadoras. Nesse contexto, os genitores acusados de abuso têm se utilizado da Lei da Alienação Parental como defesa para manter consigo a guarda das próprias crianças contra quem são acusados de cometer crimes, invertendo a lógica protecionista da Lei (BRASIL, 2017).

Consoante Dias (2024), tem havido um aumento expressivo de casos de falsas denúncias da prática de incesto, especialmente em contextos de divórcio e disputas de guarda. Por outro lado, outro cenário que requer atenção é a ocorrência de denúncias verdadeiras que são recebidas como falsas pelo judiciário, implicando na inversão da guarda ao pai abusador.

2861

Nesse viés, considerando a dificuldade em se produzir provas contundentes da violência cometida, tendo em vista que esta ocorre em ambientes privados, o que se tem é um confronto entre o relato da mãe, que alega a prática da violência, com o relato do pai, que inverte a situação, alegando estar sendo vítima de alienação parental.

Nesse contexto, segundo a justificativa do Projeto de Lei nº 1372/2023, a Lei da Alienação parental possibilita que abusadores se beneficiem de seu texto legal, descredibilizando acusações verdadeiras e perpetuando os abusos contra o menor. Um exemplo disso são os artigos 4º e 6º dessa Lei, pois permitem que meros indícios da prática de alienação resultem na perda da guarda compartilhada em sede de liminar, mesmo que, na realidade, não tenha havido nenhum ato de alienação (BRASIL, 2023).

Percebe-se, assim, que a norma facilitou o enquadramento de condutas como alienação parental, possibilitando a adoção de medidas em casos em que haja apenas vestígios de

manipulação psicológica do menor, como exemplo, em situações de denúncias que, embora sejam verdadeiras, não foram devidamente provadas. Desse modo, a necessidade de atuação imediata da mãe diante de abusos praticados contra seu filho, choca-se com a urgência de se coibir atos de alienação parental. Com efeito, é de se reconhecer que os atos de alienação devem ser reprimidos com rapidez, a fim de resguardar o vínculo do menor com o genitor alienado. Contudo, atos de abuso exigem resposta célere e efetiva na mesma proporção, sob pena de expor o menor a danos ainda mais graves e irreversíveis.

Diante dessa realidade, na Declaração sobre a Violência contra Mulheres, Meninas e Adolescentes e seus Direitos Sexuais e Reprodutivos, o Comitê de Especialistas do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), junto à Relatora Especial da ONU sobre a Violência contra as Mulheres discutiram sobre a necessidade de identificação dos casos de violência de gênero e a proibição explícita de provas que visem desacreditar denúncias de abuso mediante alegação de Alienação Parental nos Tribunais (MESECVI, 2021).

Essa estratégia possibilita que a Lei da Alienação Parental não seja desvirtuada, servindo como forma de silenciar mulheres que denunciam seus ex-parceiros de violência doméstica ou abuso sexual contra os filhos do casal. Nesse contexto, é imprescindível que os juízes e membros das equipes multidisciplinares possuam formação técnica adequada e dispensem maior cautela na análise de conflitos familiares que envolvam menores, distinguindo falsas alegações de alienação parental de situações reais de abuso infantil.

2862

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que a aplicação da Lei da Alienação Parental nos Tribunais brasileiros é um tema que vem sendo amplamente discutido por especialistas do Direito, representantes políticos e organismos nacionais e internacionais de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Entretanto, a literatura analisada revela um cenário polarizado, no qual, de um lado, estão aqueles que defendem a permanência da Lei da Alienação Parental como forma de garantir maior proteção ao direito de crianças e adolescentes e, do outro, os que advogam em favor de sua revogação, sob o argumento de que a referida Lei não cumpriu com sua finalidade, bem como contribuiu para novas formas de violência de gênero.

Certamente, restou evidente que essa dualidade de opiniões quanto a permanência da Lei da Alienação Parental no ordenamento jurídico brasileiro revela uma fragilidade que precisa ser corrigida, a fim de afastar as incertezas e receios quanto a sua aplicação. Entretanto, retirar

uma lei do sistema normativo, está longe de ser a melhor solução, tendo em vista que toda norma é precedida por um fato que lhe deu causa, de tal forma que apagar uma lei é restabelecer lacunas no sistema legislativo.

Fica claro, portanto, que a medida que se impõe não é a de supressão da Lei da Alienação Parental, mas sim de aprimoramento do seu texto normativo, de modo a viabilizar a sua efetividade prática, bem como impossibilitar a sua utilização de forma deturpada nos tribunais. Para tanto, é imprescindível o apoio de profissionais das mais diversas áreas, especialmente da psicologia, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIÓR, Jesualdo. Comentários à Lei da Alienação Parental — Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010. Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, 2010. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/679/Coment%C3%A1rios+%C3%A0+Lei+da+Aliena%C3%A7%C3%A3o+Parental+%26mdash%3B+LEI+12.318%2C+de+26+de+Agosto+de+2010>

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MÃES SEPARADOS (APASE). Sobre nós. Disponível em: <https://alienacao-parental-apase.com.br/sobre/>

BRASIL. Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 27 ago. 2010. Disponível em: 2863
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. Projeto de Lei n.º 1372, de 2023. Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para estabelecer disposições adicionais sobre alienação parental. Senado Federal, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9296046&ts=1709582789355&disposition=inline>. Acesso em: 14 maio 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.053, de 2008. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=411011> Acesso em: 2 out. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Diagnóstico da atuação das equipes multidisciplinares nas unidades judiciárias. Brasília: CNJ, 2025. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/04/relatorio-equipes-multidisciplinares.pdf>

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA. Nota pública do CONANDA sobre a Lei da Alienação Parental Lei nº 12.318 de 2010. Brasília, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Luiza%20Cavalcante/Downloads/nota-publica-sobre-a-lei-de-alienacao-parental-final.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

CORREIA, Eveline de Castro. Análise dos meios punitivos da nova Lei de Alienação Parental. Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, 2011. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/713/An%C3%A1lise+dos+Meios+Punitivos+da+Nova+Lei+de+Aliena%C3%A7%C3%A3o+Parental>

CLADEM – Comitê de América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres. Alienação parental: uma nova forma de violência de gênero contra mulheres e crianças na América Latina e Caribe. Organização de Tamara Amoroso Gonsalves. Ribeirão Preto (SP): FDRP-USP, 2025. Disponível em: <https://cladem.org/archivos/noticia/LIBROS/Cladem%20-%20Digital%20-%202014032025.pdf>

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM). Nota Técnica Nudem n. 01/2019: análise da Lei Federal 12.318/2010 que dispõe sobre “alienação parental”. São Paulo, 2019. Disponível em: https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2020/01/NUDEMDPSP_NotaTecnicaAlienacaoParentalJSetembro2019.pdf. Acesso em: 11 maio 2025.

DIAS, Maria Berenice. Alienação parental: uma nova lei para um velho problema. Maria Berenice Dias, 2010. Disponível em: <https://berenicedias.com.br/alienacao-parental-uma-nova-lei-para-um-velho-problema/>. Acesso em: 20 de setembro de 2025

2864

DIAS, Maria Berenice et al. Alienação Parental: da interdisciplinariedade aos tribunais. 6. ed. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias: de acordo com o novo CPC. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. Disponível em: <https://ceaf.mpac.mp.br/wp-content/uploads/2-Manual-de-Direito-das-Familias-Maria-Berenice-Dias.pdf>

FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. Alienação Parental. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas do Registro Civil 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2025/05/EstatRegistroCivilv50_2023-IBGE.pdf. Acesso em: 19 de setembro de 2025

MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MESECVI. Declaração sobre a violência contra mulheres, meninas e adolescentes e seus direitos sexuais e reprodutivos. [S.l.]: MESECVI, 2021. Disponível em:

<https://belemdopara.org/wp-content/uploads/2021/12/DeclaracionDerechos-EN.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2025.

SENADO FEDERAL. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratos. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/609813/RF_CPI_maus-tratos_2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 de maio de 2025.

SILVA, Denise Maria Perissini da. Alienação Parental: o lado sombrio da separação. In: SILVA, Iolete Ribeiro et al. Debatendo sobre alienação parental: diferentes perspectivas: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. 1. ed. Brasília: [s. n.], 2019. ISBN 978-85-89208-99-42019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Livro-Debatendo-sobre-Alienacao-Parental-Diferentes-Perspectivas.pdf> Acesso em: 13 de julho de 2025